

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Novembro de 2007

Área Temática: Política de Crédito

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Novembro de 2007

Índice

Liberados r\$ 112,3 milhões para custeio, estocagem e aquisição de café – Cláudio Cunha- Sítio Eletrônico do MAPA – 01/11/2007	4
Incra/BA libera R\$ 10,8 milhões em crédito instalação – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007	4
Assentamento do MS inaugura usina de biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007	5
Cursos sobre crédito rural e reforma agrária seguem pelo País – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007.....	7
Crédito para café – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 02/11/2007	7
Ruralista faz proposta 'mais palatável' para alongar dívida - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 05/11/2007	8
Agricultores do PI contam com mais uma linha de crédito – Sítio Eletrônico do MDA – 06/11/2007	9
Encontro na Paraíba discute assistência técnica e Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 07/11/2007	10
ADIADA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/11/2007	10
PIORA O RISCO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/11/2007	11
REVERSÃO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/11/2007	11
Prorrogado prazo para quitar parcelas do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 14/11/2007	11
Segunda Quinzena	
Prorrogado prazo para quitar parcelas do Pronaf – Sítio Eletrônico da Contag – 16/11/2007	12
Grupo discute estratégia de divulgação do Garantia-Safra – Sítio Eletrônico do MDA – 20/11/2007	12

Crédito Rural: 19, 5 Bilhões Liberados nos Quatros Primeiros Meses da Safra 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 21/11/2007	13
Crédito Rural – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 22/11/2007	14
Crédito instalação garante novas moradias no Acre – Sítio Eletrônico do MDA – 23/11/2007	14
Burocracia dificulta acesso a seguro-safra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2007	15
70% DAS FAMÍLIAS RECEBEM BOLSA FAMÍLIA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2007	16
Governo apresenta plano de renegociação de dívidas no Conselho Deliberativo – Sítio Eletrônico da Contag - 30/11/2007.....	17
Novas culturas receberão cobertura do PGPAF – Sítio Eletrônico do MDA – 30/11/2007	17

Liberados R\$ 112,3 milhões para custeio, estocagem e aquisição de café – Cláudio Cunha- Sítio Eletrônico do MAPA – 01/11/2007

Brasília (01.11.07) – O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) liberou hoje (01) R\$ 112,3 milhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para operações de custeio, estocagem e aquisição de café da safra 2007/2008.

Os recursos foram rateados entre os bancos Cooperativo do Brasil S.A. (R\$ 70 milhões), Santander Banespa S.A. (R\$ 35 milhões) e Itaú BBA S.A. (R\$ 7,2 milhões).

De abril até agora foram liberados mais de 1,4 bilhão do Funcafé para financiamento de colheita (R\$ 412,5 milhões), estocagem (R\$ 460,3 milhões), custeio (R\$ 334,1 milhão) e Financiamento para Aquisição de Café-FAC (R\$ 215,3 milhões).

Este ano, o Fundo dispõe de R\$ 2,026 bilhões para liberar aos bancos para atendimento às linhas de custeio, colheita, estocagem e FAC. (*Cláudio Cunha*)

Incra/BA libera R\$ 10,8 milhões em crédito instalação – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007

O Crédito Habitação contemplou 1.549 baianos de 42 Projetos de Assentamento (Pas) da reforma agrária. No total, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária da Bahia (Incra/BA) liberou R\$ 10,8 milhões, nos últimos dois meses, para que famílias possam adquirir material para construção da casa própria nos assentamentos.

Os recursos beneficiam assentamentos de todas as regiões, entre elas, Chapada Diamantina, Extremo Sul, Nordeste, Oeste, Sudoeste e Sul. Na região do Extremo Sul, 454 famílias foram contempladas com o crédito de R\$ 3,2 milhões. Ao todo, são seis PAs de quatro municípios. Na lista, estão: PAs Virote, Santa Cruz do Ouro, Bela Vista Movelar e Coroa de Cabrália, respectivamente, nos municípios de Itabela, Itamaraju e Santa Cruz de Cabrália.

O superintendente regional do Incra, Luiz Gugé, enfatiza a importância dos créditos, tanto para economia das regiões, como para a melhoria da qualidade de vida das famílias. “Cada família que constrói sua moradia conquista dignidade”, frisa. Gugé sugere que os R\$ 10,8 milhões, preferencialmente, sejam aplicados no município ou região em que os assentamentos estão situados. “Isso faz aquecer a economia local, gera renda e estimula a relação do assentado com a comunidade”.

Cada família recebe R\$ 7 mil do Crédito Habitação, que é o segundo crédito concedido pelo Incra quando o órgão assenta uma família. Primeiro os assentados recebem o Crédito Apoio, para custeio de sementes, instrumentos de trabalho e alimentação. Depois de comprovada sua aplicação, acessam o Habitação. Com as casas construídas e a prestação de contas realizada, as famílias estão aptas a acessar outros créditos. O objetivo é promover a instalação e o desenvolvimento das famílias de modo que garanta a segurança alimentar e se tornem auto-sustentáveis.

Créditos - Na região Sul, 11 municípios, onde estão situados 12 assentamentos com 306 famílias, foram contemplados com R\$ 2,1 milhões para aquisição de material de construção. Na região do Semi-árido, outros seis PAs têm R\$ 1,8 milhão. Assim, mais 224 famílias poderão erguer suas moradias. As regiões do Oeste e Médio São Francisco têm sete assentamentos com 255 famílias, contempladas com o crédito nos municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Cotegipe, Riachão das Neves e São Desidério.

Outras 171 famílias situadas nos municípios de Barra do Choça, Cordeiros, Encruzilhada, Itambé Jaguaquara e Santa Inês, nas regiões do Sudoeste e Vale do Jiquiriça, movimentarão R\$ 1,2 milhão em compras de materiais para construção de suas moradias. Na Chapada, as 139 famílias dos assentamentos de Ibiquera e Lajedinho receberam R\$ 973 mil do Crédito Habitação.

Assentamento do MS inaugura usina de biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007

A primeira usina para produção de biodiesel em áreas da reforma agrária em Mato Grosso do Sul será lançada neste domingo (4), às 8h, no Salão Paroquial do Projeto de Assentamento (PA) Nova Querência, no município de Terenos, a 30 quilômetros da capital, Campo Grande.

O empreendimento é uma iniciativa da Associação dos Agricultores e Agricultoras do Município de Terenos (Assafra), que buscou parcerias para torná-la realidade. Há dois anos, eles montaram o equipamento, mas faltava local adequado e recursos para fazê-lo funcionar.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) cedeu uma área de 12,9 hectares, enquanto o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), do Banco do Brasil, financiou R\$ 96 mil para construir o barracão onde os equipamentos serão instalados.

Assim que estiver funcionando, a usina irá gerar dois mil litros de óleo diários. Tomando por base o preço médio atual, de R\$ 1,50 por litro, o projeto tem capacidade para render até R\$ 3 mil brutos a cada dia.

Na visão dos assentados, o escoamento não deve ser problema. Eles contam com a facilidade do Selo Combustível Social, conferido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com o selo, o Governo Federal concede incentivos fiscais aos fabricantes de biocombustíveis que comprarem matéria-prima prioritariamente de agricultores familiares e assentados.

Nova Querência - Atentos às oportunidades, os moradores do PA Nova Querência não se acomodaram e organizaram-se para atuar em diversos pontos da cadeia produtiva. Na próxima safra, eles irão cultivar 300 hectares de amendoim, provavelmente consorciado ao pinhão-manso – as duas culturas são utilizadas como matéria-prima na produção do

biodiesel. Tudo isso com financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O rendimento inicial esperado é de dois mil quilos por hectare. Mas, a partir do segundo ano, a produtividade deve aumentar para três toneladas por hectare. Da mesma forma, a tendência é elevar a área plantada para mil hectares e incorporar outras espécies oleaginosas, como girassol. A previsão é de que as 85 famílias do PA sejam integradas de alguma forma ao processo.

Todos esses dados foram anotados e calculados pela diretoria da Assafra ao longo de quase quatro anos. “Foram exatos 1.398 dias trabalhando no projeto, estudando as melhores alternativas de culturas e buscando parceiros que acreditassem na idéia”, conta o presidente da Assafra e idealizador do projeto, Francisco Hélio da Silva.

Ele faz questão de buscar nos meios acadêmicos o conceito de desenvolvimento rural sustentável, que usa para justificar a iniciativa: “Nós, os assentados, pensamos e fomos buscar os parceiros que acreditaram na nossa idéia”.

Renda e capacitação - A produção de biodiesel é a primeira de uma série de ações idealizadas pela Assafra para gerar renda no PA Nova Querência. Também estão previstas uma agroindústria de processamento de mandioca, marcenaria para fabricar caixas de abelhas e indústria para produzir ração a partir dos resíduos da mandioca e biodiesel.

Durante o evento do próximo domingo, será entregue uma patrulha mecanizada completa. Dessa forma, a comunidade terá maquinário próprio para produzir as oleaginosas que irão movimentar a usina de óleo combustível. “Teremos de aprender a trabalharmos juntos”, antecipa o presidente da associação.

A intenção é levar profissionalismo à gestão dos empreendimentos. Vinte pessoas estão inscritas em cursos de Administração de Empresas e de Cooperativismo oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Até o próximo ano, a Assafra será transformada em cooperativa, superando os limitantes impostos às associações para atuarem na comercialização de produtos. Para isso, criou um projeto de inclusão digital, em parceria com o Banco do Brasil, que cedeu oito computadores à entidade.

Cursos sobre crédito rural e reforma agrária seguem pelo País – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007

Continua, neste mês de novembro, a rodada de cursos sobre a utilização dos créditos rurais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e as políticas para a reforma agrária. A ação é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio das secretarias da Agricultura Familiar (SAF), de Reordenamento Agrário (SRA) e de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sob organização e coordenação das Delegacias Federais do MDA.

Nos dias 30 e 31 de outubro, a capacitação foi realizada em Rondônia e no interior de Pernambuco, em Petrolina. Na próxima semana, de 6 a 8 de novembro, o curso chega a Salvador, na Bahia e de 12 e 14 de novembro, à capital de Pernambuco, Recife.

A rodada de cursos começou em março deste ano, com o objetivo de capacitar os técnicos das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, das instituições financeiras e outros parceiros envolvidos com os créditos rurais, sobre a utilização desses recursos na agricultura familiar e reforma agrária.

Para o técnico da área de crédito da SAF/MDA, José Feldkircher, esta iniciativa é importante porque produz debates e troca de informações que qualificam ainda mais os técnicos das entidades. Deste modo, eles têm melhor compreensão a respeito dos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e são capazes de elaborar projetos mais adequados às necessidades das famílias agricultoras. “A assistência técnica, a formação e a capacitação dos técnicos são fundamentais para que possam melhor assessorar as famílias na definição e implantação de bons projetos produtivos viáveis, na busca do desenvolvimento econômico e social”, avalia Feldkircher.

Ao final da rodada, serão capacitados cerca de 1500 técnicos das entidades que elaboram projetos produtivos e de assistência técnica na reforma agrária.

Em Salvador, o curso será realizado na Casa Kolping, que fica na Praia de Itapuã, na Ponta do Rio. Em Recife, será no SESI Tamandaré.

Crédito para café – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 02/11/2007

O Ministério da Agricultura liberou ontem R\$ 112,3 milhões do Funcafé para custeio, estocagem e aquisição de café da safra 2007/8. Os recursos serão repassados pelo pelos bancos Cooperativo do Brasil S.A. (R\$ 70 milhões), Santander (R\$ 35 milhões) e Itaú BBA S.A. (R\$ 7,2 milhões).

Ruralista faz proposta 'mais palatável' para alongar dívida - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 05/11/2007

Os ruralistas iniciaram na última semana uma nova ofensiva para emplacar mais uma rodada de renegociação das dívidas do setor. Depois das reações negativas ao projeto de lei que previa a rolagem de R\$ 70 bilhões por até 30 anos, os ruralistas agora negociam com o governo medidas consideradas mais palatáveis para garantir novo alongamento dos débitos.

As medidas sob avaliação do governo federal incluem, segundo apurou o Valor, a rolagem de R\$ 9 bilhões em dívidas de custeios já prorrogados das safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06. Também estipula a repactuação de R\$ 16 bilhões em programas de investimentos vencidos ou a vencer. As conversas abrangem, ainda, uma solução para cerca de R\$ 15 bilhões em débitos de programas de refinanciamento criados a partir de 1995, como securitização, saneamento de ativos (Pesa) e recuperação de cooperativas (Recoop).

Parlamentares ruralistas, especialistas em endividamento e membros dos ministérios da Agricultura e da Fazenda discutiram uma nova proposta de acordo. As soluções foram divididas em grupos de devedores. No caso das dívidas derivadas de custeios antigos, cujos saldos têm sido prorrogados sem alteração dos juros, pode haver recálculo sem a aplicação de encargos de inadimplência, mora, multas, taxas e honorários advocatícios. O recálculo seria limitado a 30 de junho deste ano. Após essa data, os débitos, já sem as chamadas "gorduras indevidas" seriam rolados por até sete anos a taxas de 6,75% ao ano. Haveria um prazo de carência até outubro de 2009 e a aplicação de um desconto de 50% nos juros em casos de liquidação antecipada das operações renegociadas. As dívidas já vencidas seriam roladas por até dez anos e respeitariam cálculos sobre a capacidade de pagamento do produtor.

A negociação em curso	
Propostas para rolagem de dívidas rurais debatidas por governo e produtores	
Custeios (prorrogados 2003/04, 2004/05 e 2005/06, exceto Pronaf)	Securitização
<ul style="list-style-type: none">Recálculo do saldo devedor total (vencido e a vencer) com taxas contratuais e sem encargos até junho de 2007Redução da taxa de juros para 6,75% ao ano a partir de julho de 2007Sete anos de prazo para pagarPrazo de 10 anos para operações vencidasCarência até outubro de 2009Desconto de 50% nos juros por liquidação antecipada	<ul style="list-style-type: none">Recálculo sem encargosJuros de 3% ao anoPrazo até 2025 e carência até 2009Bônus de 30% até R\$ 50 mil e 15% acima desse valorBônus adicional para adimplentes e por regiõesDesconto de Selic sobre as parcelas anuaisFim da indexação por preço mínimo
Investimentos	PESA
<ul style="list-style-type: none">Todas as regras dos custeiosDesconto de 15% sobre saldo devedor aplicado no vencimento das parcelas em operações com encargos acima de 8,75%	<ul style="list-style-type: none">Recálculo sem encargos com redução de 5 pontos e IGP-M limitadoPagamento dos juros vencidos em até 19 anos com carência até 2009Juros de 3% ao anoBônus adicional para adimplentes e por regiõesDesconto de Selic sobre as parcelas anuais

Para os saldos devedores dos programas de investimentos, seriam aplicadas as mesmas regras dos custeios antigos. Mas também haveria um bônus de equalização de taxas de juros de 15% sobre o saldo devedor e aplicado nas parcelas em todas as dívidas

com juros acima de 8,75%. Estima-se que os débitos estejam divididos em R\$ 10 bilhões no Moderfrota, outros R\$ 3 bilhões no Finame Agrícola e cerca de R\$ 3 bilhões nos demais programas de investimentos, como Moderagro, Moderinfra, Prodecoop.

No caso dos programas de refinanciamento das dívidas criados a partir de 1995, a proposta está dividida em duas linhas. Nos débitos de securitização, haveria o recálculo sem encargos e o alongamento a juros de 3% ao ano com prazo até 2025 para pagar. Haveria carência até 2009 e bônus de 30% nas dívidas originais até R\$ 50 mil e de 15% em débitos acima desse valor. Também haveria bônus adicional para produtores adimplentes e por regiões. Estuda-se usar a Selic como um desconto sobre as parcelas anuais das dívidas. Há a possibilidade de extinguir a indexação pelos preços mínimos.

No caso do Pesa, poderia haver um recálculo sem encargos, mas com redução de cinco pontos percentuais e a limitação do IGP-M a 0,75% ao mês. O pagamento dos juros vencidos seria dividido em até 19 anos com um prazo de carência até 2009. Os juros seriam de 3% ao ano e haveria um bônus adicional para adimplentes e por regiões. A utilização do desconto da Selic sobre as parcelas anuais também seria aplicado nessas dívidas.

Agricultores do PI contam com mais uma linha de crédito – Sítio Eletrônico do MDA – 06/11/2007

A partir desta quarta-feira (07), trabalhadores rurais piauienses passam a contar oficialmente com a linha Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) do Programa Nacional de Crédito Fundiário. O PNCF é coordenado pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA).

O lançamento será em Teresina (PI), no Palácio de Karnak, às 9h, e contará com a presença do governador do estado, Wellington Dias; do secretário substituto da SRA, Dino Castilho; e do diretor do PNCF, Raimundo Sobrinho; entre outras autoridades.

A linha CAF é destinada a pequenos agricultores com renda familiar de até R\$ 15 mil e patrimônio inferior a R\$ 30 mil. Os recursos destinados ao financiamento de imóveis rurais e infra-estrutura básica e produtiva (reforma de cercas, de moradias, energia, aquisição de pequenos animais) são provenientes do Fundo de Terra e da Reforma Agrária.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário chegou ao Piauí em 2003 com as linhas Combate à Pobreza Rural (CPR) e Nossa Primeira Terra (NPT). Elas são destinadas a trabalhadores rurais sem terra, produtores familiares organizados em associação legalmente constituída e jovens agricultores. De 2003 até hoje, o PNCF, por meio dessas linhas, já beneficiou 33.873 famílias piauienses, sendo o estado brasileiro que mais se destacou no programa.

A linha CAF vem sendo implantada há pouco mais de seis meses e nesse curto período de tempo já foram contratadas 54 propostas, beneficiando 66 famílias de agricultores familiares de diversas regiões do estado. O investimento aproximado é de R\$ 2,5 milhões.

Crédito Fundiário - O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) tem por objetivo diminuir a pobreza rural e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Oferece linhas de crédito para a compra de imóveis a agricultores familiares em áreas que não podem ser desapropriadas para a reforma agrária.

É desenvolvido em parceria com os governos estaduais, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e com os movimentos sindicais e da agricultura familiar. Por meio do PNCF, 53 mil famílias adquiriram uma propriedade rural e os recursos investidos pelo programa chegam a R\$ 1,3 bilhão.

Encontro na Paraíba discute assistência técnica e Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 07/11/2007

Assistência técnica e microcrédito do Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) serão temas em discussão nesta quinta-feira (8) no auditório da Emater/Paraíba, em João Pessoa. O diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dater/SAF/MDA), Argileu Martins da Silva, participa do encontro.

Na pauta, estão ainda: formalização para renegociação de dívidas agrícolas do Pronaf; Portaria de inadimplência do microcrédito do Pronaf; e o sistema de acompanhamento de projetos de crédito rural desenvolvido pela Emater Paraíba.

O encontro conta com a participação de coordenadores estaduais do Pronaf na região semi-árida brasileira, além de delegados federais do MDA e representantes das empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural.

Ações do Ministério na Paraíba - De 2003 a 2006, o Dater aplicou mais de R\$ 6 milhões para apoio à capacitação e à assistência técnica na Paraíba. Os recursos aplicados no Plano Safra da Agricultura Familiar 2006/2007 no estado totalizaram mais de R\$ 118 milhões (cerca de 43 mil contratos). Para esta safra, estão à disposição dos agricultores familiares paraibanos mais de R\$ 145 milhões, com estimativa de aproximadamente 45 mil contratos.

ADIADA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 13/11/2007

A reunião de ontem de Reinhold Stephanes com os parlamentares da Comissão de Agricultura para apresentar proposta de reescalonamento das dívidas rurais foi adiada. Para deputados da comissão, o adiamento se deve à não-consolidação dos dados pelo governo.

PIORA O RISCO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/11/2007

A carteira do agronegócio do Banco do Brasil registrou ligeira piora no terceiro trimestre deste ano em relação ao anterior. Essa piora se deve à elevação dos índices de atraso a partir de julho, devido à concentração de vencimentos de operações rurais no período.

REVERSÃO – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/11/2007

A situação pode ser revertida nos próximos meses com a consolidação do processo de programação das dívidas, segundo o relatório trimestral do BB. A carteira do agronegócio atingiu R\$ 48,5 bilhões em setembro, 20% mais do que há um ano.

Prorrogado prazo para quitar parcelas do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA – 14/11/2007

Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que assinaram contratos de investimento rural terão até o dia 17 de dezembro deste ano para realizar o pagamento e receber abatimento no valor das prestações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A prorrogação do prazo é fruto de uma rodada de negociações entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Fazenda (MF) e movimentos sociais.

De acordo com a delegada federal do MDA em Roraima, Célia Souza, a medida é válida para os agricultores que estavam adimplentes até 31 de dezembro de 2006. “O objetivo é que os beneficiários do Pronaf liquidem de vez suas dívidas. Todas as parcelas do Pronaf que já venceram desde o dia 1º de janeiro de 2007 ou estão por vencer até 16 de dezembro deste ano tiveram o vencimento automaticamente prorrogado para 17 de dezembro de 2007”, informou. As famílias do grupo B do Pronaf terão direito a um bônus de 10% sobre o pagamento integral da parcela de 2007 a ser quitada até a data estipulada. Nos demais grupos e linhas de crédito do Pronaf, o desconto será de 18% para o pagamento integral das parcelas dos contratos de investimento que vencem este ano.

Existe ainda a possibilidade do beneficiário pagar 20% da parcela e prorrogar os outros 80% até um ano após o vencimento previsto nos contratos de investimento. Nesses casos específicos, o bônus de adimplência é de 5%. Já os agricultores que quitarem, antecipadamente, até 31 de dezembro deste ano, as parcelas a vencer, poderão obter bônus que variam entre 15% e 35% a partir de 2008. “Com estas medidas, o MDA espera diminuir consideravelmente as dívidas agrícolas. Desta forma, os agricultores familiares ficam aptos a acessar os recursos do Plano Safra 2007/2008”, ressaltou Célia Souza. “É bom lembrar que o pagamento das parcelas deverá ser efetuado no banco em que o agricultor recebeu o investimento”, reforçou.

Prorrogado prazo para quitar parcelas do Pronaf – Sítio Eletrônico da Contag – 16/11/2007

Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que assinaram contratos de investimento rural terão até o dia 17 de dezembro deste ano para realizar o pagamento e receber abatimento no valor das prestações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A prorrogação do prazo é fruto de uma rodada de negociações entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Fazenda (MF) e movimentos sociais.

De acordo com a delegada federal do MDA em Roraima, Célia Souza, a medida é válida para os agricultores que estavam adimplentes até 31 de dezembro de 2006. "O objetivo é que os beneficiários do Pronaf liquidem de vez suas dívidas. Todas as parcelas do Pronaf que já venceram desde o dia 1º de janeiro de 2007 ou estão por vencer até 16 de dezembro deste ano tiveram o vencimento automaticamente prorrogado para 17 de dezembro de 2007", informou.

As famílias do grupo B do Pronaf terão direito a um bônus de 10% sobre o pagamento integral da parcela de 2007 a ser quitada até a data estipulada. Nos demais grupos e linhas de crédito do Pronaf, o desconto será de 18% para o pagamento integral das parcelas dos contratos de investimento que vencem este ano.

Existe ainda a possibilidade do beneficiário pagar 20% da parcela e prorrogar os outros 80% até um ano após o vencimento previsto nos contratos de investimento. Nesses casos específicos, o bônus de adimplência é de 5%. Já os agricultores que quitarem, antecipadamente, até 31 de dezembro deste ano, as parcelas a vencer, poderão obter bônus que variam entre 15% e 35% a partir de 2008.

"Com estas medidas, o MDA espera diminuir consideravelmente as dívidas agrícolas. Desta forma, os agricultores familiares ficam aptos a acessar os recursos do Plano Safra 2007/2008", ressaltou Célia Souza. "É bom lembrar que o pagamento das parcelas deverá ser efetuado no banco em que o agricultor recebeu o investimento", reforçou. *Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Grupo discute estratégia de divulgação do Garantia-Safra – Sítio Eletrônico do MDA – 20/11/2007

Com o objetivo de discutir e elaborar uma proposta de parceria na divulgação das ações e informações do Programa Garantia-Safra, um grupo de assessores de comunicação das Empresas Estaduais de Assistência Técnica do Semi-árido está reunido no prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), em Brasília, desde segunda-feira (19).

A idéia é potencializar as ações de divulgação, processo fundamental para o êxito cada vez maior do Programa, na opinião do seu coordenador, José Arnaldo Brito. Segundo ele, um dos principais entraves para que o Garantia-Safra alcance o público beneficiário é o acesso às informações de forma clara e adequada, uma vez que mais de 70% dos agricultores do Semi-árido não são alfabetizados.

A primeira atividade do grupo foi acompanhar uma explanação feita pelo coordenador do programa sobre os passos que devem ser seguidos para que o benefício chegue até ao agricultor beneficiário. “Trata-se de informações muito específicas a cada estado, o que torna a precisão da informação ainda mais importante para que esta política chegue até o público a ser atendido”, avalia Brito.

Todos os estados inscritos no Garantia-Safra estão representados na reunião de trabalho coordenada pela Assessoria de Comunicação da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA). A proposta será consolidada ao final do encontro, que encerra nesta terça-feira.

O que é o Garantia-Safra - O Programa Garantia-Safra é um seguro de renda para os agricultores familiares do Semi-árido que registram perda maior do que 50% da produção esperada e faz parte do conjunto de estratégias de convivência com o Semi-árido, trabalhado pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA). Sua execução tem área de abrangência delimitada e informações específicas para cada estado.

Crédito Rural: 19, 5 Bilhões Liberados nos Quatros Primeiros Meses da Safra 2007/2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 21/11/2007

Brasília (21.11.07) – O crédito rural para custeio, comercialização e investimento para a agricultura empresarial na Safra 2007/2008 supera em 28% o valor liberado na safra passada. São R\$ 19,5 bilhões já liberados entre julho e outubro deste ano, contra R\$ 15,7 bilhões contratados no mesmo período de 2006.

Para o diretor do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola, Wilson Vaz de Araújo, a tendência de concentração dos desembolsos para custeio e comercialização, a taxas controladas, continua forte, e respondem a 84% do total liberado. “Nos quatro primeiros meses da safra atual foram liberados R\$ 15 bilhões do crédito rural só para custeio e comercialização, a juros controlados. O total contratado no período foi de R\$ 17,85 bilhões”, ressalta.

Araújo disse que um dos estímulos à contratação de crédito rural a juros controlados, foi a redução da taxa de juros, a partir do ano Safra 2007/2008, de 8,75%, taxa praticada desde a safra 1998/1999, para 6,75% ao ano. O crédito rural para investimento aumentou 18%, passando de R\$ 1,4 bilhão, entre julho e outubro de 2006 para R\$ 1,65 bilhão, no mesmo período deste ano.

Apesar desse aumento, os níveis de investimento com recursos do crédito rural nos quatro primeiros meses do ano safra 2007/2008 correspondem a 75% e a 59% das aplicações observadas em igual período nas safras 2003/2004 e 2004/2005, quando foram liberados, respectivamente, R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,8 bilhões. “Ainda assim, mesmo com o processo de discussão sobre endividamento em curso, percebe-se uma clara retomada dos investimentos por parte dos produtores rurais. Eles estão motivados pelas boas perspectivas do mercado interno e externo de produtos agrícolas”, avaliou. (*Katja Polisseni*).

Crédito Rural – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 22/11/2007

A liberação de crédito rural para custeio, comercialização e investimento à agricultura empresarial supera, neste ano, em 28% o valor de 2006. Dados do Ministério da Agricultura indicam volume de R\$ 19,5 bilhões de julho a outubro.

Crédito instalação garante novas moradias no Acre – Sítio Eletrônico do MDA – 23/11/2007

Até o mês de novembro a superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Acre, já pagou R\$ 13 milhões em crédito instalação, garantindo moradias dignas a 1.700 famílias assentadas da reforma agrária no estado. Cada família recebe o crédito de R\$ 9,4 mil, sendo R\$ 7 mil para habitação e R\$ 2,4 mil para alimentos, implementos agrícolas e até animal de trabalho.

Em alguns municípios, o crédito instalação soma valores superiores ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os recursos aquecem a economia da cidade. Neste mês, foi investido R\$ 517 milhões no Projeto de Assentamento Califórnia, em Acrelândia (AC), para a construção de 55 novas residências e até o final de novembro serão pagos mais 45 créditos, correspondentes a R\$ 423 mil.

A última etapa de inauguração de novas residências foi no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Edilza Carneiro, em Sena Madureira, quando foram entregues 63 casas, com investimento de R\$ 466 mil, faltando ainda as 41 casas que estão sendo construídas.

O casal de agricultores da Colônia Fé em Deus, lote 56, José Valter de Lima e Maria Amélia Oliveira justificaram ter colocado esse nome na sua localidade porque nunca deixaram de ter fé, mesmo quando estavam sofrendo todo tipo de privações enquanto aguardavam para serem assentados, nunca perderam as esperanças. “Foram tempos difíceis, jogados nas periferias de Rio Branco. Somos filhos de agricultores e só sabemos trabalhar com a terra. Hoje temos o lote com casa nova e tudo”, comemoraram.

A casa do casal Maria Sandra e João de Araújo foi construída num local alto, apropriado para o plantio de hortifrutos e criação de animais domésticos. Do antigo casebre

sem paredes e coberto de palhas apenas as lembranças das dificuldades que se acentuavam em dias de chuva. “Em noites de chuva nossa família de seis pessoas não dormia porque precisava passar a noite amontoada num cantinho onde não caía água”, lembrou.

Conta bloqueada evita fraudes - Os recursos do crédito são depositados em uma conta bloqueada em nome da associação e só são utilizados para o pagamento dos fornecedores com o seguinte trâmite: primeiro a associação faz no mínimo três pesquisas de mercado para contratação da melhor proposta, sendo que somente após a entrega é emitida nota fiscal com assinatura da diretoria do sindicato ou associação.

Burocracia dificulta acesso a seguro-safra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2007

No semi-árido, metade dos agricultores que perderam ao menos 50% da produção na estiagem não tem acesso a recursos

Procedimentos não dependem só da vontade dos agricultores, mas dos recursos disponibilizados por Estados e municípios

Apesar de o número de adesões ter dobrado na atual safra, metade dos agricultores do semi-árido que perderam pelo menos 50% da produção por conta da estiagem ainda não consegue acessar o seguro criado justamente para atendê-los.

Na safra 2007/8, 686,3 mil agricultores, segundo o governo federal, estão inscritos no programa -alta de 98% ante a safra anterior (346,3 mil).

Apesar disso, estimativa da Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, aponta para cerca de outras 715 mil famílias do semi-árido que se encaixam no perfil de atendimento do programa Garantia Safra -com renda per capita de até um salário mínimo e meio (R\$ 570) e que tenham perdido na estiagem ao menos metade da produção de arroz, feijão, milho, algodão ou mandioca.

"Trabalhamos com a perspectiva em torno de 1,4 milhão de famílias que poderiam hoje estar participando do programa", diz José Arnaldo Brito, coordenador do programa. O Garantia Safra atende famílias do Nordeste e das regiões norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Em sua maioria, são arrendatários, meeiros ou posseiros com áreas em torno de um a dois hectares e que produzem, principalmente, milho e feijão para a subsistência familiar.

Uma série de burocracias precisa ser cumprida antes do acesso aos recursos - procedimentos que não dependem só da vontade do agricultor, mas dos recursos disponibilizados por Estados e municípios.

A primeira etapa cabe ao próprio agricultor: pagamento da taxa de R\$ 5,50, que representa 1% do valor do seguro. Depois disso, é preciso que a prefeitura do município banque 3% desse valor (R\$ 16,50) e, em seguida, o governo do Estado entre com outros 6% (R\$ 33). O dinheiro segue ao fundo, no qual a União entra com 20% (R\$ 110).

Vencidas essas etapas, a burocracia prossegue. Para acessar o recurso (cinco parcelas de R\$ 110), o agricultor precisa ainda que um laudo técnico assinado pelo governo do Estado ratifique a perda de metade de sua produção e que o governo federal reconheça a situação de emergência do município.

Para Antoninho Rovaris, secretário de Política Agrícola da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Estados e municípios deveriam ser "obrigados" a aderir ao programa, diante de uma demanda dos agricultores. Além disso, o pagamento do seguro não deveria ser atrelado à decretação do estado de emergência no município. "O programa já nasceu burocratizado. Hoje, há uma série de obstáculos ao agricultor", afirma.

Brito admite a burocracia, mas destaca as diferentes responsabilidades. "É um processo pensado em que existe uma co-responsabilidade dos agricultores, dos municípios, dos Estados e do governo federal. Em vez de estar na porta de uma prefeitura esperando uma cesta básica, o agricultor recebe no caixa um dinheiro para aquilo que a família necessita."

No primeiro ano do programa, na safra 2002/3, o seguro foi de R\$ 475. A partir de então, está em R\$ 550. Por pressão dos próprios agricultores, o governo estuda ampliá-lo na safra 2008/9 -há um limite de R\$ 700, imposto pela lei que criou o Garantia Safra. Em 2007, o governo federal reservou R\$ 75 milhões para o programa.

70% DAS FAMÍLIAS RECEBEM BOLSA FAMÍLIA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/11/2007

Das famílias de agricultores do semi-árido atendidas pelo programa Garantia-Safra, 70% delas também recebem o Bolsa Família, segundo dados da Secretaria da Agricultura Familiar. Dos atendidos pelo seguro-estiagem, 53% recebem o Pronaf B (linha de microcrédito de combate à pobreza rural). No caso dos "pronafianos", a inscrição no Garantia Safra vale apenas aos beneficiados pelas linhas A (reforma agrária), B e C (apenas)

Governo apresenta plano de renegociação de dívidas no Conselho Deliberativo – Sítio Eletrônico da Contag - 30/11/2007

A Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, apresentou, nesta quarta-feira (28/11), uma proposta para renegociar dívidas de agricultores com o Banco e a Cédula da Terra. A Contag estima que cerca de 42 mil agricultores têm dívidas, que somam mais de R\$ 1 bilhão, no extinto programa.

O problema foi pautado no Grito da Terra Brasil deste ano e na II Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag, em setembro. Os líderes sindicais fizeram uma moção pedindo ao governo uma solução para renegociação dessas dívidas. A proposta apresentada na reunião do Conselho Deliberativo prevê a individualização das dívidas coletivas, repactuação dos débitos, adiamento das parcelas atrasadas e carência de um ano para reiniciar os pagamentos. Além disso, os juros devem ser equiparados aos praticados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que substituiu o Banco da Terra.

"Os dirigentes ficaram satisfeitos, em sua maioria. Esperamos resolver, em 2008, a situação de pelo menos 90% desses agricultores", disse o secretário de Política Agrícola e Meio Ambiente da Contag, Paulo Caralo. Segundo ele, o movimento sindical vai analisar melhor a proposta do governo. Uma das sugestões é que as medidas sejam incluídas no pacote de renegociação de dívidas das agriculturas patronal e familiar, que tem lançamento previsto para dezembro. ***Angélica Cordova - Agência Contag de Notícias**

Novas culturas receberão cobertura do PGPAF – Sítio Eletrônico do MDA – 30/11/2007

Nesta quinta-feira (29), o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma resolução que, entre outras novidades, inclui novas culturas na lista das que recebem cobertura do Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). São elas o inhame, o cará, o café, o tomate e a castanha de caju.

“Não estamos simplesmente ampliando o número de atividades cobertas pelo programa, estamos inserindo atividades sob o foco da regionalização, respeitando a diversidade produtiva da agricultura familiar do nosso País”, afirma o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Adoniram Peraci.

Isso porque a produção das culturas até então cobertas pelo programa, em geral, se concentravam mais na Região Sul do Brasil. Com a nova medida, os benefícios se ampliam ainda mais em cada região.

O PGPAF já dava cobertura às culturas de milho, feijão, soja, mandioca, arroz e leite, porém, vinculado ao preço do milho. A partir da nova Resolução, o preço do leite fica desvinculado do custo de produção do milho, respeitando as peculiaridades produtivas e de comercialização da atividade leiteira.

“O PGPAF, em sua concepção original, dificilmente permitiria aos produtores de leite acesso ao bônus, isto devido às expectativas de bons preços para o milho. Entretanto, a vinculação do leite ao milho foi importante até o momento, pois permitiu ir a campo para levantar o custo de produção da atividade, sem deixarmos os agricultores descobertos durante este processo”, explica Peraci.

Na avaliação da coordenação do programa, além de ampliar a taxa de cobertura dos contratos de custeio de 76% para 86%, outra novidade da medida, a inserção dos novos produtos vai promover uma maior homogeneização desta taxa entre as regiões produtoras. O principal ajuste será na região Sudeste que passará a ter 85% dos contratos cobertos, contra os 43% da safra passada.

O CMN também estabeleceu o preço de garantia dos novos produtos e alterou alguns que já estavam na lista. Entre os produtos, a mandioca foi o que teve elevação mais significativa, indo de R\$ 70 para R\$ 74, em alguns estados, e até R\$ 80,65 em boa parte do Norte e do Nordeste.

O preço de garantia é o custo de produção médio da região onde o produto é cultivado, levantado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e definido pelo Comitê Gestor do Programa. Além de não poder ser inferior ao preço mínimo, ele pode ser até 10% maior ou menor do que o custo de produção.

Outra decisão do CMN foi a ampliação de oito para 12 anos no prazo para reembolso de financiamentos para projetos de miniusinas de biocombustíveis. A mudança altera o Pronaf Eco, recentemente criado, para financiar investimentos em energia renovável e sustentabilidade ambiental.

O que é o PGPAF - O Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), criado em dezembro de 2006, é o mais novo instrumento de apoio à agricultura familiar que compõe o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e pode ser acessado por todo o agricultor familiar que contratou custeio a partir da safra anterior e está adimplente com a operação.

Desde a criação do PGPAF, os agricultores familiares que cultivam as culturas cobertas pelo programa, têm garantido o custo de produção da atividade financiada. Desta forma, o PGPAF garante a sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar e estimula a diversificação da produção, fazendo com que as ações do Pronaf alcancem todo o ciclo de financiamento agrícola, que consiste em assegurar crédito, oferecer o seguro da produção e seguro de preço.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

